

DOUTORAMENTOS E MESTRADOS NA GEOGRAFIA PORTUGUESA: DADOS DA SUA EVOLUÇÃO RECENTE

Jorge Umbelino

e-Geo - Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Av. Conde de Barcelona
2765-470 ESTORIL
telefone: +351.210047968
e-mail: jorge.umbelino@eshte.pt

Introdução / Resumo

Os trabalhos de investigação conducentes à obtenção dos graus de doutor e mestre apresentados nos departamentos de Geografia em Portugal têm mostrado uma evolução recente que merece reflexão. É, pelo menos, o que transparece em conversas informais entre Colegas.

Na generalidade, este debate tende a lançar dúvidas sobre a qualidade das investigações produzidas, dúvidas essas que, não sendo exclusivas deste universo disciplinar, podem ter nele uma interpretação própria; por um lado, a massificação dos candidatos a estes graus faz questionar a tendência para uma suposta facilitação dos critérios de exigência aplicados na elaboração e avaliação dos trabalhos, quando comparados com os que vigoravam no universo muito restrito de até há poucas dezenas de anos; por outro lado, a mobilidade internacional acrescida, quer para portugueses que obtiveram ou pretendem obter estes graus em Escolas de outros países, quer para estrangeiros que trabalham ou prometem vir a trabalhar entre nós, faz reflectir sobre a comparabilidade dos critérios aplicados em ambientes escolares muito diversos.

Este *confronto* entre trabalhos produzidos em contextos históricos e académicos distintos carece de um acervo de informação e de uma elasticidade de critérios de julgamento que nem sempre são fáceis de assegurar. Por exemplo, como é que se comparam as estratégias e métodos de investigação aplicados antes e depois da era da *internet*? Ou como se avaliam as consequências de hábitos e tradições académicas diferentes em países com raiz cultural totalmente diversa? Ou ainda, que efeito tem a barreira idiomática na exploração e apresentação dos conteúdos? Para além do maior ou menor rigor e contextualização do debate, muita gente parece achar que o nível qualitativo das investigações tende a diminuir mas que isso não só é compreensível como quase uma fatalidade.

O objectivo desta comunicação é contribuir para o melhor conhecimento da opinião da comunidade geográfica portuguesa sobre esta matéria. Assim, para além de alguns conteúdos de enquadramento, o essencial deste trabalho passa pela análise dos resultados de um inquérito que lançámos aos doutorados em Geografia que exercem a sua actividade em Portugal e conseguimos identificar, num quantitativo de 105. A escolha deste universo prende-se com o facto de, em princípio, ele representar as pessoas que convivem mais de perto com esta problemática, seja como investigadores, orientadores científicos ou jurados. A população-alvo foi inquirida na totalidade, tendo a amostra resultado num valor superior a metade do universo, o que assegura claramente a sua representatividade.

Enquadramento legal

A longa influência da tradição francesa faz com que, em Portugal, a expectativa na elaboração e o grau de exigência na avaliação de provas académicas se pautem em níveis elevados. Esta afirmação vale para a generalidade das ciências, mas tem particular aplicação no caso da Geografia; a título de exemplo, veja-se que os pedidos de equivalência a doutoramento tendo por base o «Troisième Cycle» francês deixaram de ser apresentados, por ser totalmente expectável a sua negação.

Até 1980, data da entrada em vigor da primeira legislação sobre mestrados, o único grau académico de pós-graduação concedido em Portugal era o doutoramento, regulado então pelo decreto-lei n.º 388/70, de 18 de Agosto.¹ Dizia este diploma, no que respeita aos objectivos da dissertação, que esta deveria provar um “*alto nível cultural e aptidão para a investigação científica em determinado ramo do saber*”;² no preâmbulo ia-se um pouco mais longe, ao afirmar que o a atribuição do grau de doutor deveria assegurar a “*capacidade para a investigação científica e o espírito criador, bem como o nível cultural e crítico dos candidatos*”.³ É de notar que a concessão do grau dependia ainda da prestação de uma prova complementar, a qual podia variar entre a apresentação de um outro estudo ou projecto de

¹ Para uma análise histórica mais remota considere-se a Lei nº 18717, de 2 de Agosto de 1930, conhecida como Estatuto da Instrução Universitária; esta Lei era depois complementada pelos Regulamentos das diferentes Universidades que concediam o grau de doutor.

² D.L. 388/70, de 18 de Agosto, artigo 1.º, n.º 1

³ D.L. 388/70, de 18 de Agosto, preâmbulo, § 2

investigação sobre matéria afim à da dissertação principal ou, ainda, uma discussão pública sobre dois temas relativos à área científica em apreço.⁴

À entrada da penúltima década do século XX foi regulada a concessão do grau de mestre, tido como um primeiro nível de pós-graduação, anterior e inferior ao doutoramento.⁵ O objectivo deste novo projecto formativo passava por democratizar o ensino pós-graduado, trazendo-o para as expectativas dos não-docentes universitários e, muito em concreto, para o meio empresarial; este era, aliás, um propósito já defendido para o grau de doutor, em relação ao qual se dizia que “*é absolutamente necessário que o seu número ultrapasse largamente as necessidades do ensino superior, de modo que o excedente possa desempenhar papel relevante no desenvolvimento sócio-económico*”.⁶ No que respeita às capacidades a evidenciar pelos candidatos ao grau de mestre, estipulava-se que estes deveriam fazer prova de um “*nível aprofundado de conhecimentos numa área científica e capacidade para a prática de investigação*.”⁷ Ou seja, em relação ao grau de doutor era aliviado da exigência de *alto nível cultural* e de *espírito criador*.

O plano curricular da parte lectiva dos primeiros cursos de mestrado era bastante exigente, quer em termos dos conteúdos quer da extensão dos horários semanais, para além de se fixar, quase sempre, no máximo de 4 semestres que a Lei autorizava para o efeito;⁸ a maior parte dos candidatos acabava, também, por utilizar período idêntico para a preparação da dissertação – o máximo que lhes era permitido⁹ – o que conduzia a um tempo de obtenção do grau de mestre igual ao necessário para conseguir algumas licenciaturas, incluindo Geografia. Todo o «peso» deste processo acabou por dificultar o objectivo de abertura à sociedade que estava por trás da criação dos próprios cursos de mestrado.

⁴ D.L. 388/70, de 18 de Agosto, artigo 8.º, n.º 3

⁵ D.L. 263/80, de 7 de Agosto

⁶ D.L. 388/70, de 18 de Agosto, preâmbulo, § 6

⁷ D.L. 263/80, de 7 de Agosto, artigo 1.º, n.º 2

⁸ D.L. 263/80, de 7 de Agosto, artigo 4.º, n.º 2

⁹ D.L. 263/80, de 7 de Agosto, artigo 4.º, n.º 3

O Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, procurou dar resposta às necessidades de evolução que os graus académicos vinham revelando, bem como à própria transformação do sistema universitário¹⁰. Em termos das expectativas a cumprir pelos candidatos ao grau de mestre dizia-se que seria necessário comprovar “*conhecimentos numa área científica específica e capacidade para a prática de investigação*”¹¹ (sublinhado do autor); nota-se, em relação ao diploma anterior, que é limitada a *especificidade* da área científica a estudar. Quanto ao grau de doutor, a expectativa em relação ao nível de exigência expressa-se de forma bastante distinta em relação ao diploma aplicável então revogado, dizendo que ele “*comprova a realização de uma contribuição inovadora e original para o progresso do conhecimento, um alto nível cultural numa determinada área do conhecimento e a aptidão para realizar trabalho científico independente*”¹²; ou seja, não se define claramente uma diminuição do nível de exigência, o que só se poderá depreender pela prática e pela inclusão de uma norma de caducidade do registo de tese, após 5 anos¹³, o que indicia um tempo de elaboração (e consequente dimensão e nível de aprofundamento) inferior ao que era prática corrente. A diminuição do tempo de obtenção dos graus também se aplica aos mestrados, que viram a sua duração global ser reduzida para 4 semestres, incluída a elaboração da dissertação.¹⁴

Inquérito à comunidade geográfica portuguesa: valores de referência

Para conhecermos, com o rigor possível, a opinião da comunidade geográfica portuguesa sobre esta matéria lançámos um inquérito aos doutorados em Geografia que exercem a sua actividade em Portugal, por entendermos serem estes os Colegas que, pela sua experiência e prática profissional, mais provavelmente podem ter uma posição fundamentada.

¹⁰ Veja-se a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86, de 14 de Outubro, depois alterada pela Lei 115/97, de 19 de Setembro) e a Lei de Autonomia das Universidades (Lei 108/88, de 24 de Setembro).

¹¹ D.L. 219/92, de 13 de Outubro, artigo 5.º, n.º 1

¹² D.L. 219/92, de 13 de Outubro, artigo 17.º, n.º 1

¹³ D.L. 219/92, de 13 de Outubro, artigo 24.º, n.º 2

¹⁴ D.L. 219/92, de 13 de Outubro, artigo 7.º. A regulamentação própria das Universidades que concedem estes graus em Geografia também não é particularmente esclarecedora nesta matéria, sendo que apenas conseguimos apurar referências em duas Escolas, ambas para as dissertações de mestrado: na Universidade de Coimbra (Regulamento do Conselho Científico) aponta-se para um máximo de 150 páginas A4, com 2500 caracteres cada; na Universidade de Lisboa (Deliberação n.º 662/2004, de 19 de Maio), estipula-se um máximo global de 35000 caracteres. Estas referências (um limite máximo acaba sempre por ser referência, nestes casos...), muito idênticas entre si, são ainda bastante elevadas, o que, em conjunto com as omissões formais das restantes Escolas, nos leva a concluir que, independentemente de alguma evolução do *discurso a propósito*, ainda se pratica um elevado nível de expectativa.

Não sendo possível determinar o universo com absoluta certeza, dada a crescente internacionalização das hipóteses de formação universitária, mas contando, apesar de tudo, com as reduzidas dimensões do nosso território e desta população *específica*, utilizámos um critério expedito que passou pelo conhecimento pessoal e pela ajuda de vários Colegas. Chegámos, assim, em Maio de 2004, a um valor de 105, distribuído entre os Departamentos ou Grupos de Geografia existentes nas Universidades que conferem licenciatura nesta disciplina e várias outras Universidades e instituições.

Foi este o universo que inquirimos, pela totalidade, sempre que possível por correio electrónico e, nos outros casos, por correio postal. Obtivemos 64 contactos, 7 deles declinando a resposta, por alegada inoportunidade (como seja a conclusão recente do doutoramento, a não participação em provas académicas em Geografia, o trabalho regular em áreas científicas afins, etc.) e 57 respostas válidas, ainda que nem sempre a todas as perguntas do inquérito. A amostra parece-nos inequivocamente representativa do universo de que foi retirada e, pelos motivos antes descritos, do que poderá ser a opinião representativa da comunidade geográfica portuguesa. Atendendo às características da população inquirida, e também à metodologia de consulta utilizada, cumpre expressar um sentido agradecimento aos Colegas que connosco quiseram colaborar.

A única estratificação que aplicámos foi a referente ao tempo de obtenção do grau de doutor (*inferior a 5 anos, entre 5 e 15 anos e superior a 15 anos*; a menor representatividade do grupo *superior a 15 anos* fez-nos também considerá-lo em conjunto no escalão *superior a 5 anos*), por acreditarmos ser esse o factor que, eventualmente, mais poderia afectar o teor das respostas. Reconhecemos que poderiam ser interessantes outras estratificações, como sejam o isolamento das instituições em que se enquadram os respondentes ou os seus domínios prioritários de investigação; contudo, a reduzida representatividade estatística de muitos destes grupos, por um lado, e a necessidade de preservar o anonimato das respostas, por outro lado, levou-nos a não seguir por esse caminho.

Assim, o inquérito que lançámos foi encerrado com os seguintes parâmetros de referência:

	V.A.	%
Universe	105	100
Não respostas	41	39
Respostas não válidas	7	7
Respostas válidas (total)	57	54
Respostas válidas (dout. <5 anos)	21	37 / 20
Respostas válidas (dout. 5 a 15 anos)	27	47 / 25
Respostas válidas (dout. >15 anos)	9	16 / 9

Inquérito à comunidade geográfica portuguesa: grelha de perguntas

Como limitámos bastante a dimensão do inquérito, porque acreditámos ser essa uma condição indispensável para a concretização de uma boa amostragem, o número de perguntas foi de apenas 10, discriminando sempre a opinião relativamente a doutoramentos e mestrados, a saber:

- duas perguntas gerais sobre as dúvidas que fundamentam esta investigação,
 - Os trabalhos recentes têm demonstrado, em relação ao que se tinha por referência anterior, uma qualidade global superior, idêntica ou inferior?
 - A generalidade dos trabalhos apresentados em Portugal, em relação aos produzidos em Escolas estrangeiras para a obtenção de graus académicos equivalentes, tem uma qualidade superior, idêntica ou inferior?
- duas perguntas sobre os temas dos trabalhos apresentados recentemente (com resposta fechada entre as hipóteses *Quase sempre, Muitas vezes, Poucas vezes, Raramente*),
 - Os temas abordados têm sido suficientemente interessantes e inovadores?
 - Os trabalhos revelam uma relação esclarecida com o objecto de estudo da Geografia, ou seja, uma clara identidade disciplinar?
- três perguntas sobre os conteúdos destes trabalhos (também com resposta fechada entre as hipóteses *Quase sempre, Muitas vezes, Poucas vezes, Raramente*),
 - As investigações apresentam uma componente teórica suficientemente desenvolvida, incluindo a capacidade de revisão da bibliografia relevante?
 - As metodologias de investigação utilizadas, designadamente na componente empírica, são adequadas e reveladoras de conhecimento actualizado?
 - Os trabalhos apresentam-se bem estruturados, escritos com clareza e revelando cuidado nos aspectos formais e de apresentação?

- duas perguntas sobre a avaliação e classificação dos documentos apresentados (a primeira com resposta fechada entre as hipóteses *Quase sempre*, *Muitas vezes*, *Poucas vezes*, *Raramente* e a segunda entre *Sim* e *Não*),

- As classificações atribuídas a trabalhos de nível semelhante são equivalentes nas diferentes Escolas?
- Seria vantajosa a existência, em cada Escola, de uma grelha de critérios de avaliação, para uma maior normalização das classificações atribuídas?

- finalmente, uma questão clássica nesta matéria,

- As investigações devem incorporar uma «tese» ou basta que sejam «dissertações» bem conseguidas sobre um tema adequado?

Inquérito à comunidade geográfica portuguesa: apuramento de resultados

No que respeita à primeira pergunta, os resultados foram os seguintes:

Quadro/Pergunta 1 - Os trabalhos recentes têm demonstrado, em relação ao que se tinha por referência anterior, uma qualidade global superior, idêntica ou inferior?

Respostas válidas Doutoramento – 54 (95%) Mestrado – 52 (91%)		Respostas Total		Respostas Dout < 5 anos		Respostas Dout 5/15 anos		Respostas Dout >15 anos		Respostas Dout >5 anos	
		V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Doutora- mento	Superior	13	24	4	21	6	22	3	37	9	26
	Idêntico	39	72	15	79	20	74	4	50	24	68
	Inferior	2	4	0	0	1	4	1	13	2	6
Mestrado	Superior	8	15	3	18	3	12	2	22	5	14
	Idêntico	20	38	7	41	10	38	3	33	13	37
	Inferior	24	47	7	41	13	50	4	45	17	49

Regista-se, em primeiro lugar, a circunstância de, numa pergunta aparentemente inequívoca, existirem várias *não respostas*; alguns Colegas com esta opção entenderam por bem acrescentar que essa hesitação se ficava a dever à grande diversidade de situações com que têm contactado.

No geral, prevalece a ideia de que as investigações de doutoramento vêm mantendo, nos últimos anos, uma qualidade estável ou, até mesmo, um nível superior às antecedentes; o mesmo não se diz das dissertações de mestrado, em relação às quais se detecta um assinalável pessimismo.

A estratificação das respostas não produz resultados particularmente expressivos, com excepção do observado para os doutoramentos a partir dos respondentes graduados há 15 ou mais anos, os quais parecem ainda mais tranquilos do que a média global no que respeita à qualidade dos trabalhos recentes.

A segunda pergunta do inquérito procurava uma opinião sobre a qualidade comparada dos trabalhos realizados em Portugal e no estrangeiro.

Quadro/Pergunta 2 - A generalidade dos trabalhos apresentados em Portugal, em relação aos produzidos em Escolas estrangeiras para a obtenção de graus académicos equivalentes, tem uma qualidade superior, idêntica ou inferior?

Respostas válidas Doutoramento – 49 (86%) Mestrado – 48 (84%)		Respostas Total		Respostas Dout < 5 anos		Respostas Dout 5/15 anos		Respostas Dout >15 anos		Respostas Dout >5 anos	
		V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Doutora- mento	Superior	14	29	5	25	7	30	2	33	9	31
	Idêntico	33	67	15	75	16	70	2	33	18	62
	Inferior	2	4	0	0	0	0	2	33	2	7
Mestrado	Superior	14	29	4	24	9	38	1	14	10	32
	Idêntico	28	58	10	58	14	58	4	57	18	58
	Inferior	6	13	3	18	1	4	2	29	3	10

O número de *não respostas* entre os inquéritos válidos atingiu o seu valor máximo nesta pergunta, tendo alguns respondentes alegado para este facto, mais uma vez, a dificuldade de encontrar um padrão médio de avaliação entre a diversidade de possíveis situações.

A confiança evidenciada nas respostas à pergunta anterior também tem reflexo nesta matéria. Tanto na apreciação aos doutoramentos como aos mestrados, ainda que neste segundo caso com valores um pouco menos expressivos, a maioria dos respondentes não parece ver significativas diferenças de qualidade entre os trabalhos apresentados em Portugal e no estrangeiro; entre os que estabelecem diferenças, a maioria tende a considerar as investigações portuguesas como mais valiosas.

Ao nível das estratificação dos resultados, destaca-se que nenhum dos respondentes com menos de 15 anos de graduação como doutor considerou que os trabalhos conducentes a este grau tenham em Portugal uma qualidade inferior ao praticado no estrangeiro; ao contrário, os graduados mais antigos, que se tinham destacado como os mais confiantes no que respeita à qualidade global dos trabalhos, são o grupo que, neste caso, apresenta mais dúvidas, ainda que

devamos levar em conta o baixo valor absoluto dos inquéritos apurados.

As perguntas 3 e 4, por terem alguma proximidade nos seus objectivos, serão apreciadas em conjunto.

Quadro/Pergunta 3 - Os temas abordados têm sido suficientemente interessantes e inovadores?

Respostas válidas Doutoramento – 57 (100%) Mestrado – 54 (95%)		Respostas Total		Respostas Dout < 5 anos		Respostas Dout 5/15 anos		Respostas Dout >15 anos		Respostas Dout >5 anos	
		V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Doutoramento	Quase sempre	14	25	5	24	7	26	2	22	9	25
	Muitas vezes	35	61	13	62	15	56	7	78	22	61
	Poucas vezes	8	14	3	14	5	18	0	0	5	14
	Raramente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mestrado	Quase sempre	4	7	2	11	1	4	1	11	2	6
	Muitas vezes	36	67	14	78	17	63	5	56	22	61
	Poucas vezes	13	24	2	11	9	33	2	22	11	30
	Raramente	1	2	0	0	0	0	1	11	1	3

Quadro/Pergunta 4 - Os trabalhos revelam uma relação esclarecida com o objecto de estudo da Geografia, ou seja, uma clara identidade disciplinar?

Respostas válidas Doutoramento – 57 (100%) Mestrado – 54 (95%)		Respostas Total		Respostas Dout < 5 anos		Respostas Dout 5/15 anos		Respostas Dout >15 anos		Respostas Dout >5 anos	
		V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Doutoramento	Quase sempre	16	28	5	24	11	41	0	0	11	31
	Muitas vezes	33	58	12	57	13	48	8	89	21	58
	Poucas vezes	8	14	4	19	3	11	1	11	4	11
	Raramente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mestrado	Quase sempre	8	15	4	21	4	15	0	0	4	11
	Muitas vezes	32	59	10	53	15	58	7	78	22	63
	Poucas vezes	14	26	5	26	7	27	2	22	9	26
	Raramente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Para estas perguntas, o número de *não respostas* foi nulo no que respeita aos doutoramentos e pouco relevante para os mestrados.

A maioria das respostas a estas duas perguntas recaiu sobre a hipótese *Muitas vezes*; a diferença é que no caso dos doutoramentos a segunda resposta mais escolhida foi *Quase sempre*, enquanto nos mestrados, e mais uma vez numa linha de menor confiança, se optou em segundo lugar por *Poucas vezes*.

As perguntas 5, 6 e 7 do guião tratam, todas elas, de aspectos relacionados com o conteúdo e a forma destas investigações; justifica-se, por isso, que as analisemos em conjunto.

Respostas válidas Doutoramento – 57 (100%) Mestrado – 55 (97%)		Respostas Total		Respostas Dout < 5 anos		Respostas Dout 5/15 anos		Respostas Dout >15 anos		Respostas Dout >5 anos	
		V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Doutoramento	Quase sempre	21	37	8	37	8	30	5	56	13	36
	Muitas vezes	29	51	10	48	16	59	3	33	19	53
	Poucas vezes	6	10	2	10	3	11	1	11	4	11
	Raramente	1	2	1	5	0	0	0	0	0	0
Mestrado	Quase sempre	6	11	5	26	0	0	1	11	1	3
	Muitas vezes	24	44	8	42	12	44	4	45	16	44
	Poucas vezes	19	34	3	16	13	48	3	33	16	44
	Raramente	6	11	3	16	2	8	1	11	3	9

Respostas válidas Doutoramento – 57 (100%) Mestrado – 54 (95%)		Respostas Total		Respostas Dout < 5 anos		Respostas Dout 5/15 anos		Respostas Dout >15 anos		Respostas Dout >5 anos	
		V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Doutoramento	Quase sempre	17	30	3	14	11	41	3	33	14	39
	Muitas vezes	37	65	18	86	14	52	5	56	19	53
	Poucas vezes	3	5	0	0	2	7	1	11	3	8
	Raramente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mestrado	Quase sempre	6	11	3	16	2	8	1	11	3	8
	Muitas vezes	36	67	13	68	17	65	6	67	23	66
	Poucas vezes	12	22	3	16	7	27	2	22	9	26
	Raramente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

**Quadro/Pergunta 7 - Os trabalhos apresentam-se bem estruturados,
escritos com clareza e revelando cuidado nos aspectos formais e de apresentação?**

Respostas válidas Doutoramento – 55 (97%) Mestrado – 54 (95%)		Respostas Total		Respostas Dout < 5 anos		Respostas Dout 5/15 anos		Respostas Dout >15 anos		Respostas Dout >5 anos	
		V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Doutoramento	Quase sempre	24	44	8	38	11	42	5	62	16	47
	Muitas vezes	27	49	11	52	15	58	1	13	16	47
	Poucas vezes	4	7	2	10	0	0	2	25	2	6
	Raramente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mestrado	Quase sempre	5	9	2	11	2	7	1	12	3	8
	Muitas vezes	33	61	11	58	17	64	5	63	22	63
	Poucas vezes	14	26	6	31	6	22	2	25	8	23
	Raramente	2	4	0	0	2	7	0	0	2	6

O número de *não respostas* foi, mais uma vez, nulo ou muito baixo, o que evidencia uma opinião tendencialmente sólida e fundamentada.

No que respeita às provas de doutoramento, a posição dos respondentes, quando avaliado o desempenho nestes três importantes parâmetros, é francamente favorável, com predominância da opção *Muitas vezes* e uma boa presença de *Quase sempre* (sobretudo entre os graduados há mais anos). Já no que respeita às provas de mestrado, a opinião, ainda que igualmente favorável, já revela um nível de confiança menos expressivo.

Para além da nota antes referida, a estratificação das respostas não produz diferenciações assinaláveis.

As perguntas 8 e 9 tinham por objectivo a problemática da avaliação dos trabalhos apresentados, nas diferentes Universidades.

Quadro/Pergunta 8 - As classificações atribuídas a trabalhos de nível semelhante são equivalentes nas diferentes Escolas?

Respostas válidas Doutoramento – 51 (90%) Mestrado – 51 (90%)		Respostas Total		Respostas Dout < 5 anos		Respostas Dout 5/15 anos		Respostas Dout >15 anos		Respostas Dout >5 anos	
		V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Doutoramento	Quase sempre	8	16	4	24	3	12	1	11	4	12
	Muitas vezes	26	51	8	46	15	60	3	33	18	53
	Poucas vezes	16	31	4	24	7	28	5	56	12	35
	Raramente	1	2	1	6	0	0	0	0	0	0
Mestrado	Quase sempre	5	10	1	6	3	12	1	11	4	12
	Muitas vezes	24	47	10	59	11	44	3	33	14	41
	Poucas vezes	17	33	4	23	8	32	5	56	13	38
	Raramente	5	10	2	12	3	12	0	0	3	9

Quadro/Pergunta 9 - Seria vantajosa a existência, em cada Escola, de uma grelha de critérios de avaliação, para uma maior normalização das classificações atribuídas?

Respostas válidas Doutoramento – 54 (95%) Mestrado – 53 (93%)		Respostas Total		Respostas Dout < 5 anos		Respostas Dout 5/15 anos		Respostas Dout >15 anos		Respostas Dout >5 anos	
		V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Doutoramento	Sim	37	69	11	61	20	74	6	67	26	72
	Não	17	31	7	39	7	26	3	33	10	28
Mestrado	Sim	40	75	12	71	22	81	6	67	28	78
	Não	13	25	5	29	5	19	3	33	8	22

O número de *não respostas* voltou, nesta pergunta, a ser mais relevante, sobretudo de respondentes com menos tempo de graduação e que, por isso mesmo, se consideravam em condição menos favorável para opinar sobre este assunto.

Os resultados apurados são bastante semelhantes no que respeita a doutoramentos e mestrados: quanto à pergunta 8, ainda que se aponte para uma maioria de *Muitas vezes* não nos parece que se possa entender uma expressiva confiança nesta matéria sensível; há um número relevante de respondentes que opta por *Poucas vezes*, sobretudo entre os graduados há mais anos; em coerência com o acima exposto, uma larga maioria acha que estes processos de avaliação deveriam ser suportados por uma grelha de critérios, a qual todos os jurados teriam de preencher e fundamentar.

A estratificação dos resultados não evidencia diferenças muito assinaláveis; contudo, cremos que vale a pena realçar que os respondentes com mais tempo de graduação – precisamente aqueles que têm maior experiência em júris – são aqueles que evidenciam maior pessimismo na resposta à pergunta 8.

Finalmente, a décima e última pergunta debruçou-se sobre uma questão abrangente, mas nem por isso menos clássica quando se debatem estas matérias: um trabalho de investigação conducente à obtenção dos graus de doutor e mestre tem, ou não, de incluir uma *tese* original, para além de dissertar sobre um tema escolhido?

Quadro/Pergunta 10 - As investigações devem incorporar uma «tese» ou basta que sejam «dissertações» bem conseguidas sobre um tema adequado?

Respostas válidas Doutoramento – 55 (97%) Mestrado – 54 (95%)		Respostas Total		Respostas Dout < 5 anos		Respostas Dout 5/15 anos		Respostas Dout >15 anos		Respostas Dout >5 anos	
		V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Doutora- mento	Tese necessária	47	85	14	70	26	100	7	78	33	94
	Basta dissertação	8	15	6	30	0	0	2	22	2	6
Mestrado	Tese necessária	11	20	3	16	5	19	3	33	8	23
	Basta dissertação	43	80	16	84	21	81	6	67	27	77

O número de *não respostas* é baixo, o que, mais uma vez, parece revelar alguma solidez na opinião formada, como se confirma no apuramento dos resultados.

A opinião dos respondentes a este inquérito é clara: para um doutoramento, espera-se a inclusão de uma *tese*, mas para um mestrado basta cumprir satisfatoriamente uma dissertação.

A estratificação dos resultados, ainda que faça salientar algumas diferenças, não altera o essencial da conclusão acima referida.

Remate

Em jeito de síntese, alinhamos as seguintes conclusões:

- A qualidade global das investigações de doutoramento em Geografia apresentadas em Portugal continua a merecer confiança, quer em termos absolutos quer quando comparadas com as que vão sendo produzidas no estrangeiro; o mesmo não se diz

dos trabalhos de mestrado, os quais, ainda que não resultem desfavorecidos no confronto internacional, parecem revelar um qualidade global decrescente; este facto resultará, em primeira análise, da *massificação* do acesso a este grau, a qual também incorpora muitos casos em que o ambicionado sucesso se apresenta como «apenas» um benefício de carreira profissional, aspecto que tanto pode aligeirar a ambição de quem faz como o rigor de quem julga;

- b) A escolha dos temas de investigação e a sua relação com a Geografia continuam a merecer aprovação, ainda que, mais uma vez, de forma mais expressiva para os doutoramentos do que para os mestrados;
- c) Os aspectos teóricos e metodológicos das investigações, bem como o seu cuidado formal, retomam a ideia antes expressa: as investigações de doutoramento continuam a merecer larga confiança, as de mestrado nem por isso...; de entre os três aspectos englobados neste tópico, os trabalhos de mestrado colhem melhor opinião relativa no que respeita às opções metodológicas e à sua aplicação, o que poderá indiciar (ou, pelo menos, sugerir) uma evolução estrutural nas características dos (jovens) investigadores: menos disponíveis para a recolha bibliográfica e reflexão teórica, bem como pouco vocacionados ou atentos para os aspectos formais e de qualidade de escrita, mas, em contrapartida, motivados para a inovação metodológica, sobretudo quando relacionada com a incorporação de novas tecnologias;
- d) A equidade das classificações atribuídas nas diversas Escolas é um aspecto que preocupa a comunidade geográfica portuguesa, tanto para doutoramentos como para mestrados, daí que a esmagadora maioria dos respondentes visse como vantajosa a obrigatoriedade de os jurados destas provas terem de preencher uma grelha com critérios de avaliação; atendendo ao princípio da autonomia universitária, estas eventuais grelhas teriam sempre de ser uma iniciativa própria de cada Escola, o que as tornaria potencialmente, ou mesmo tendencialmente, diversas; tal não obstaria, contudo, a um aprofundamento e maior visibilidade da opinião expressa por cada jurado, o que, cremos, também contribuiria para um melhoramento da equidade dos critérios adoptados; mais ainda, atendendo ao baixo número de Escolas envolvidas, talvez nem fosse muito difícil chegar a uma solução de consenso que todas pudessem posteriormente adoptar;
- e) Não ficam dúvidas de que a comunidade geográfica portuguesa continua a esperar que uma investigação conducente a doutoramento incorpore uma *tese*, mas para um

mestrado é satisfatória uma dissertação.

Carlos Ceia, que divulga na sua *homepage* algumas reflexões a que chama “*Como fazer uma tese de doutoramento ou uma dissertação de mestrado*”¹⁵, resume as coisas do seguinte modo: “um trabalho de investigação para obtenção do grau de Mestre designa-se por dissertação, e a um trabalho para obtenção do grau de Doutor reserva-se a designação de tese; (...) as diferenças são, pois, de natureza formal e de conteúdo: espera-se de uma dissertação de mestrado que seja um trabalho mais breve do que uma tese de doutoramento; esta exige uma maior profundidade da investigação, devendo o redactor conhecer toda a bibliografia disponível sobre o assunto tratado, ser capaz de a aplicar e de introduzir novos elementos no campo científico inquirido.”

Noutra passagem do seu trabalho, e reportando-se de forma muito pragmática à questão da avaliação, Carlos Ceia diz que “em regra, um arguente (...) espera, à partida e à chegada, que o investigador tenha:

- identificado claramente o objectivo da tese;
- escolhido um tema relevante para o conhecimento;
- escolhido um tema original nunca antes tratado;
- convencido que a questão investigada foi devidamente tratada;
- apresentado argumentos cientificamente fundamentados.”

Como nota final, reconhecemos que o apuramento dos resultados deste inquérito precisou, ou corrigiu mesmo, o que imaginávamos ser a opinião da comunidade geográfica portuguesa sobre algumas destas matérias, fruto de conversas ou depoimentos avulsos a que tivemos acesso; mas cumpre dizer, também, que o autor se revê no sentido das respostas apuradas .

¹⁵ <http://www.fcsh.unl.pt/docentes/cceia/guia-teses1.htm>